



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KUBITSCHKE**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**LÊI Nº 469/2001 DE 27 DE ABRIL DE 2001**

**ESTABELECE DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2002 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito do Município:

Faço saber que a Câmara Municipal de Presidente Kubitschek aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A Lei Orçamentária para o exercício de 2.002 será elaborada em conformidade com as diretrizes desta Lei, e em consonância com as disposições da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica Municipal, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2.000.

Art. 2º - As receitas abrangerão: a tributaria própria, a patrimonial e as diversas receitas admitidas em Lei e as parcelas transferidas pela União e o Estado, resultante de suas receitas fiscais, nos termos da Constituição Federal.

§ 1º - As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 2º - A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receitas deverá estar acompanhada de:

I - Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua Vigência e nos dois seguintes;

II - demonstração de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e/ou;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KUBITSCHEK**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

III - estar acompanhada de medidas de compensação, por meio de aumento de receita, proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Art. 3º - As despesas serão fixadas no mesmo valor da receita prevista e serão distribuídas segundo as necessidades reais de cada órgão e de suas unidades orçamentárias, destinando-se parcela, ainda que pequena, à despesa de capital.

§ 1º - O poder legislativo encaminhará, até dia 30 do mês de junho, o orçamento de suas despesas acompanhado de quadro demonstrativo dos cálculos de modo a justificar seu montante.

§ 2º - O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar oito por cento do somatório da receita tributária e das transferências previstas no parágrafo 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior, conforme dispõe o art. 29 da Constituição Federal, acrescentado através da Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000.

Art. 4º - Destinar-se-á à manutenção e ao desenvolvimento do ensino parcela de receita resultante de impostos, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento), bem como das transferências do Estado e da União, quando procedentes da mesma fonte.

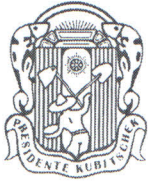
§ 1º - Será destinado, no mínimo, 60% (sessenta por cento) do valor fixado no Art. 4º para aplicação no ensino fundamental.

§ 2º - O Município atuará prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

Art. 5º - Constituirão receitas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, 15% (quinze por cento) dos seguintes recursos:

I - Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS;

II - Fundo de Participação dos Municípios - FPM;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KUBITSCHEK**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

III - Imposto Sobre Produtos Industrializados - IPI;

IV - Compensação financeira pela perda de receitas decorrentes da desoneração das exportações, nos termos da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, bem como de outras compensações da mesma natureza que vierem a ser instituídas.

§ 1º - Uma proporção não inferior a sessenta por cento dos recursos de que trata o "caput" será destinada ao pagamento dos professores do ensino fundamental em efetivo exercício no magistério.

§ 2º - É permitida a aplicação de parte dos recursos da parcela de 60% (sessenta por cento) prevista no Parágrafo 1º, na capacitação de professores leigos, na forma prevista no Art. 9º, Parágrafo 1º, da Lei Federal nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996.

Art. 6º - A despesa total com pessoal, não poderá exceder a 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida, conforme percentuais fixados no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 05 de maio de 2.000:

I - 6% (seis por cento) para o legislativo

II - 54% (cinquenta e quatro por cento) para o executivo.

Parágrafo único - Na verificação do atendimento dos limites fixados não serão computadas as despesas:

I - de indenização por demissão de servidores e empregados;

II - relativas a incentivos à demissão voluntária;

III - derivadas da aplicação do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição;

IV - decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração a que se refere o § 2º do art. 18 da Lei Complementar nº 101 de 05 de maio de 2.000;

V - com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas por recursos provenientes:

a) da arrecadação de contribuições de segurados;

b) da compensação financeira de que trata o § 9º do art. 201 da constituição;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KUBITSCHEK

## ESTADO DE MINAS GERAIS

- c) das demais receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado a tal finalidade, inclusive o produto da alienação de bens, direitos e ativos, bem como seu superávit financeiro.

Art. 7º - As despesas com pessoal referidas no artigo anterior serão comparadas, por meio de balancetes mensais, com o percentual das receitas correntes líquidas, de modo a exercer o controle de sua compatibilidade.

Art. 8º - Não obstante o disposto no art. 22 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2.000, o Município ainda assim poderá contratar horas-extras:

- I - para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público;
- II - manter os serviços essenciais de saúde, educação e assistência social.

Art. 9º - A abertura de créditos suplementares e especiais ao orçamento dependerá da existência de recursos disponíveis e de prévia autorização legislativa.

§ 1º - Os recursos referidos no artigo são provenientes de:

- I - superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior
- II - excesso de arrecadação;
- III - anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; e
- IV - produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

§ 2º - O aproveitamento dos recursos originários de excesso de arrecadação, conforme disposto no inciso II, dependerá de fiel observância dos termos do Parágrafo 3º do Art. 43, da Lei nº 4.320/64.

Art. 10 - Sempre que ocorrer excesso de arrecadação e este for acrescentado adicionalmente ao exercício, por meio de crédito suplementar ou especial, destinar-se-á, obrigatoriamente, parcela de 25% (vinte e cinco por cento) à manutenção e o desenvolvimento do ensino, proporcionalmente ao excesso de arrecadação utilizado, quando proveniente de impostos.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KUBITSCHEK**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

Art. 11 - Aos alunos do ensino fundamental obrigatório e gratuito da rede municipal, será garantido o fornecimento de material didático escolar e manutenção de programas de transporte escolar.

Parágrafo Único - A garantia contida no artigo não impede o Município da obrigação de assegurar estes direitos aos alunos da rede estadual de ensino.

Art. 12 - Quando a rede estadual de ensino fundamental e médio for insuficiente para atender a demanda, poderão ser concedidas bolsas de estudo para o atendimento pela rede particular de ensino.

Art. 13 - A manutenção de bolsa de estudo é condicionada ao aproveitamento mínimo do aluno, estabelecido em Lei.

Art. 14 - Só serão concedidas subvenções, contribuições e auxílios a entidades que sejam reconhecidas como de utilidade pública, e que visem à prestação de serviços essenciais de assistência social, médica, educacional e cultural.

§ 1º - Só se beneficiarão das concessões de que trata o “caput” as entidades que não visem lucros e que não remunerem seus diretores.

§ 2º - Poderão ser concedidos auxílios, contribuições e subvenções, a entidade da administração indireta.

Art. 15 - O Município aplicará anualmente, em ações e serviços de saúde recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados na forma da Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2.000.

Art. 16 - Os critérios para limitação de despesas, quanto à evolução da receita comprometer os resultados orçamentários pretendidos e enquanto a dívida não retornar ao limite, serão fixados em decreto do executivo municipal, e não abrangerão despesas:

- I - que constituam obrigações constitucionais e legais;
- II - destinadas ao pagamento do serviço da dívida;
- III - destinadas às áreas de educação, saúde e assistência social.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KUBITSCHEK**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

Art. 17 - O sistema de controle interno acompanhará a eficiência das ações desenvolvidas e avaliará os resultados dos programas financiados com recursos do orçamento.

Art. 18 - A Lei Orçamentária só contemplará dotação para início de obras, após a garantia de recursos para pagamento das obrigações patronais vincendas e dos débitos para com a Previdência Social decorrente de obrigações em atraso.

Art. 19 - Só serão contraídas operações de crédito por antecipação de receitas, quando configurar iminente falta de recursos que possa comprometer o pagamento da folha em tempo hábil.

§ 1º - A contratação de operações de crédito para o fim específico somente se concretizará se os recursos forem destinados a programas de excepcional interesse público, observados nos artigos 165 e 167, III, da Constituição Federal.

§ 2º - Em qualquer dos casos a operação depende de prévia autorização legislativa

Art. 20 - O Município poderá auxiliar o custeio de despesas próprias do Estado e da União, desde que:

- I - haja previsão orçamentária;
- II - formalize instrumento de convênio, acordo, ajuste ou congênere.

Art. 21 - O Executivo Municipal, para estabelecer a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, observará:

- I - a vinculação de recursos a finalidades específicas;
- II - as áreas de maior carência no Município.

Art. 22 - Os órgãos da administração descentralizada que recebam recursos do Tesouro do Município, apresentarão seus orçamentos detalhados e acompanhados de memória de cálculo que justifiquem os gastos, até o dia 30 de junho de 2001.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KUBITSCHEK**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

Art. 23 - O Orçamento Municipal compreenderá as Receitas e Despesas das Administrações direta e indireta e dos fundos municipais especiais, de modo a evidenciar as políticas e programas de governo, obedecidos na sua elaboração, os princípios da anualidade, unidade, equilíbrio e exclusividade.

Art. 24 - As compras e contratações de obras e serviços somente poderão ser realizadas havendo disponibilidade orçamentária e precedidas do respectivo processo licitatório, quando exigível, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, de 21/06/93, e legislações posteriores.

Art. 25 - Serão consideradas despesas irrelevantes, para fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2.000:

I - as despesas relativas a compras e serviços, cujos valores forem inferiores a R\$8.000,00.

II - as despesas relativas a obras e serviços de engenharia, cujos valores forem inferiores a R\$15.000,00.

Art. 26 - O orçamento municipal garantirá dotação específica para pagamento de débitos constantes de precatórios judiciais, apresentados até 10 de julho de 2001.

Art. 27 - A Lei Orçamentária Municipal conterà reserva de contingência destinada a:

I - atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos;

II - fonte compensatória para abertura de créditos adicionais.

Art. 28 - Fica o Executivo Municipal autorizado a incluir no orçamento despesas com aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alteração de estrutura de carreiras, bem como admitir ou contratar pessoal, para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, dependendo, ainda, para sua concessão, de lei específica.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KUBITSCHEK**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

Art. 29 - Até a entrada em vigor da Lei Orçamentária do ano 2002, as cotas orçamentárias para os órgãos integrantes do orçamento fiscal serão fixadas em conformidade com a expectativa de receita, prevista no projeto de lei orçamentária enviado ao Legislativo.

Art. 30 - Constituem metas do Poder Executivo para o exercício de 2002, as relativas a:

- I - educação, principalmente no que se refere a programas para melhoria da qualidade de ensino e redução da evasão escolar,
- II - segurança alimentar e apoio às ações de produção;
- III - fortalecimento dos órgãos de fiscalização, inspeção, outorga, aferição e licenciamento em geral;
- IV - implantação de projetos de saneamento, com tratamento de lixo e esgoto;
- V - implantação de projetos de eletrificação rural,
- VI - implantação de projetos em apoio a pecuária e à agricultura, visando geração de emprego e renda;
- VII - elaboração de medidas de prevenção, articulando ações de esporte, ensino, cultura, lazer e ações básicas de saúde;
- VIII - aprimoramento das políticas públicas referentes à saúde e assistência social;
- IX - aperfeiçoamento do sistema de arrecadação tributária, objetivando a ampla arrecadação e elevação dos tributos municipais;
- X - aperfeiçoamento e capacitação dos servidores, para a constante busca da melhor eficácia no atendimento aos serviços, bem como no gerenciamento de pessoal, objetivando a sintonia dos gastos com a legislação pertinente e dentro das possibilidades do Município;
- XI - procurar incrementos que possibilitem investimentos na habitação e urbanismo.

Art. 31 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 32 - Revogam-se as disposições em contrário.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KUBITSCHKEK**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

Prefeitura Municipal de Presidente Kubitschek, 27 de abril de 2001.

**DR. EDSON VIANA DIAS**  
Prefeito Municipal



# CÂMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KUBITSCHKEK

RUATIRADENTES, 27 - CENTRO - CEP: 39.135-000

## ANDAMENTO DO PROJETO

PROJETO DE LEI Nº 469/2001

QUE ESTABELECE DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2002 E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Despacho do Sr. Presidente:-


À Comissão de FISC. FIN. ORÇ. JUST. E RED.

À Comissão de OBRAS SERV. PUB. VIA. E AGRIC.

À Comissão de EDUC. SAÚDE, E ASSIST. SOCIAL.

Para o seu PARECER.

Em 23 / 03 / 2001

  
.....  
(Presidente da Câmara)

## PARECER DAS COMISSÕES

Os abaixo assinados, membros efetivos das Comissões Permanentes, da Câmara Municipal de PRESIDENTE KUBITSCHKEK conjuntamente reunidos para examinar o projeto n. 469/01, que EST. DIR. GER. ELAB. O ORÇ. DO MUN. ETC. depois de vistos e examinados, opinam em que o mesmo seja APROVADO, pelos demais senhores vereadores.

Sala das Comissões, 26 / 04 / 2001

1) Comissão de FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA JUSTIÇA E REDAÇÃO

  
José Antônio  
.....  
.....

2) Comissão de Obras, SERVIÇOS PÚBLICOS, VIAÇÃO E AGRICULTURA

8000 Zúlio Mariano  
.....  
.....

3) Comissão de Educação, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Gerardo Nagela das Neves  
.....  
.....

Edália P. Ribeiro  
.....  
.....



CÂMARA MUNICIPAL DE .....

EM ..... DISCUSSÃO

por .....

Sala das Sessões, ..... / ..... / 197 .....

.....  
(Rubrica do Presidente)

APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO

por UNANIMIDADE

Sala das Sessões, 26 / 4 / 197 2007

.....  
(Rubrica do Presidente)

APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO

por ANANIDADE

Sala das Sessões, 26 / 4 / 197 2007

.....  
(Rubrica do Presidente)

APROVADO EM 3ª DISCUSSÃO

por ANANIMIDADE

Sala das Sessões, 26 / 4 / 197 2007

.....  
(Rubrica do Presidente)

À SANÇÃO

Sala das Sessões, 26 / 4 / 197 2007

.....  
(Rubrica do Presidente)

Secretário ~~Geraldo Magela da Silva~~

Vereador ~~Almeida~~

Vereador ~~Almeida~~

Vereador João Antônio

Vereador João Gueio Mariano

Vereador ~~Almeida~~

Vereador ~~Almeida~~

Ata da 3ª sessão da 7ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Presidente Kubitschek No ano de 2001 às 22:30 horas do dia 27 de Abril de 2001 sob a presidência do EDIL Vicente de Paula Gonçalves, teve início a 3ª sessão da 7ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Presidente Kubitschek, por solicitação do Sr. presidente foi feita a chamada e esta foi respondida pelos seguintes Senhores Vereadores, Vicente de Paula Gonçalves, Geraldo Magela da Silva, José Januário da Silva, Renato Aires de Oliveira, João Antônio, José Geraldo dos Santos, João Antônio Mendes da Silva, e João Gilio Mariano. Finda a chamada constatou-se a presença de oito Senhores Vereadores, sendo faltoso o EDIL Antônio Geraldo da Silva, como a via nº legal e regimental de Senhores Vereadores presentes o Sr. presidente em nome de Deus declarou aberta a sessão, Expediente Não houve conforme Resolução da sessão anterior, passou-se a ordem do dia onde foram aprovados por unanimidade projetos de leis 169/2001 e 270/2001, a seguir o Sr. presidente agradeceu a todas as presenças e encerrou a reunião e em Geraldo Magela da Silva secretário lavrou a presente ata que após ser lida, discutida e aprovada será assinada pelos Senhores da Câmara Municipal de Presidente Kubitschek em 27 de Abril de 2001.

Presidente ~~Almeida~~

Vice presidente ~~Almeida~~

Secretário ~~Geraldo Magela da Silva~~

Vereador ~~Almeida~~

Vereador ~~Almeida~~

Vereador João Antônio

Vereador João Gueio Mariano

Vereador ~~Almeida~~

Vereador ~~Almeida~~